

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.324.462 - DF (2018/0170536-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : GERALDO BORGES SOUTO
ADVOGADOS : LEANDRO OLIVEIRA GOBBO - DF030851
WILSON SAMPAIO SAHADE FILHO - DF022399
ALICE DIAS NAVARRO - DF047280
RAFAEL SILVA ROSSI - SP339765
LUIZA DE FARIA DAOURA E OUTRO(S) - DF058691
EMBARGADO : GLACY COSTA
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE FRANCO PALHARES - DF019336
FERNANDO LUIZ CARVALHO DANTAS - DF022588
RENATA LELIS RUFINO DOS SANTOS - DF036086
ISABELA TODD SILVA FREIRE E OUTRO(S) - DF054338

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão desta relatoria que conheceu do agravo e deu parcial provimento ao recurso especial, para manter a impenhorabilidade do bem de família da agravada (e-STJ fls. 495/499).

Em suas razões (e-STJ fls. 503/517), o embargante acusa a existência de contradição interna no julgado, "extraída da própria decisão embargada, oportunidade em que este e. relator, apesar de apresentar decisões com o teor da súmula nº 7 deste e. STJ, deu parcial provimento ao recurso para manter a impenhorabilidade do bem de família, sob o argumento de que existe coisa julgada sobre o pedido de penhora e, por conseguinte, preclusão consumativa para rediscussão da matéria" (e-STJ fl. 508).

A decisão também padeceria de omissão, porque:

(i) "a causa de pedir acolhida pelos fundamentos lançados no acórdão nº 1.074.351 tem como sucedâneo a novel disposição prevista no art. 833, § 1º, do CPC, razão pela qual se distingue do pedido pretérito, cujo resultado afastou a penhora do bem objeto destes autos por ausência das exceções à penhora do bem de família então previstas somente nos artigos 3º e 4º, ambos da Lei nº 8.009/90" (e-STJ fl. 511),

(ii) "existentes nos autos, sobre o atual status do imóvel penhorado a pedido do Embargante – se é ou não é bem de família - tendo-se limitado a infirmar a tese da Embargada quanto à impenhorabilidade do imóvel, eis que, ainda que se trate de bem de família, na hipótese dos autos aplica-se o art. 833, § 1º, do CPC" (e-STJ fl. 514).

Ao final, requer o acolhimento dos declaratórios, com efeitos infringentes.

Foi apresentada impugnação (e-STJ fls. 545/552).

É o relatório.

Decido.

A insurgência não se justifica.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material (1.022 do CPC/2015), hipóteses não verificadas no caso concreto.

É incontroverso o fato de a impenhorabilidade do bem de família da agravada ter sido discutido em agravo de instrumento antecedente.

O Juízo de primeiro grau entendeu que a renovação do pedido de penhora ofendia a coisa julgada, destacando, inclusive, a repetição da causa de pedir (e-STJ fls. 149/150).

A Corte local considerou que a inovação legislativa realizada por meio do atual Código de Processo Civil autorizava o pedido.

Não há necessidade de se reexaminar fatos no presente caso.

Cabe destacar, por oportuno, que a mudança legislativa não pode ser considerada nova causa de pedir, como defende o ora embargante, e não pode servir de fundamento para se relativizar a coisa julgada.

Confiram-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. MATÉRIA IMPERTINENTE À SOLUÇÃO DA LIDE. APRECIÇÃO. DESCABIMENTO.

(...)

3. A alegada vulneração aos arts. 475-L e 481 do CPC, sob a ótica dada pela executada, ora agravante, não teria o condão, em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, de desconstituir o título executivo judicial transitado em julgado, impingindo-lhe a pecha de inexigível, sendo, portanto, irrelevante para o deslinde da controvérsia 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag n. 1.409.925/RJ, Relatora Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 10/2/2012.)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008. FGTS. EXPURGOS. SENTENÇA SUPOSTAMENTE INCONSTITUCIONAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. EXEGESE. INAPLICABILIDADE ÀS SENTENÇAS SOBRE CORREÇÃO MONETÁRIA DO FGTS. EXCLUSÃO DOS VALORES REFERENTES A CONTAS DE NÃO-OPTANTES. ARESTO FUNDADO EM INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.

1. O art. 741, parágrafo único, do CPC, atribuiu aos embargos à execução eficácia rescisória de sentenças inconstitucionais. Por tratar-se de norma que excepciona o princípio da imutabilidade da coisa julgada, deve ser interpretada restritivamente, abarcando, tão somente, as sentenças fundadas em norma inconstitucional, assim consideradas as que: (a) aplicaram norma declarada inconstitucional;

(b) aplicaram norma em situação tida por inconstitucional; ou (c) aplicaram norma com um sentido tido por inconstitucional.

2. Em qualquer desses três casos, é necessário que a inconstitucionalidade tenha sido declarada em precedente do STF, em controle concentrado ou difuso e independentemente de resolução do Senado, mediante: (a) declaração de inconstitucionalidade com ou sem redução de texto; ou (b) interpretação conforme a Constituição.

3. Por consequência, não estão abrangidas pelo art. 741, parágrafo único, do CPC as demais hipóteses de sentenças inconstitucionais, ainda que tenham decidido em sentido

diverso da orientação firmada no STF, tais como as que: (a) deixaram de aplicar norma declarada constitucional, ainda que em controle concentrado; (b) aplicaram dispositivo da Constituição que o STF considerou sem auto-aplicabilidade; (c) deixaram de aplicar dispositivo da Constituição que o STF considerou auto-aplicável; e (d) aplicaram preceito normativo que o STF considerou revogado ou não recepcionado.

4. Também estão fora do alcance do parágrafo único do art. 741 do CPC as sentenças cujo trânsito em julgado tenha ocorrido em data anterior à vigência do dispositivo.

5. "À luz dessas premissas, não se comportam no âmbito normativo do art. 741, parágrafo único, do CPC, as sentenças que tenham reconhecido o direito a diferenças de correção monetária das contas do FGTS, contrariando o precedente do STF a respeito (RE 226.855-7, Min. Moreira Alves, RTJ 174:916-1006). É que, para reconhecer legítima, nos meses que indicou, a incidência da correção monetária pelos índices aplicados pela gestora do Fundo (a Caixa Econômica Federal), o STF não declarou a inconstitucionalidade de qualquer norma, nem mesmo mediante as técnicas de interpretação conforme a Constituição ou sem redução de texto. Resolveu, isto sim, uma questão de direito intertemporal (a de saber qual das normas infraconstitucionais - a antiga ou a nova - deveria ser aplicada para calcular a correção monetária das contas do FGTS nos citados meses) e a deliberação tomada se fez com base na aplicação direta de normas constitucionais, nomeadamente a que trata da irretroatividade da lei, em garantia do direito adquirido (art. 5º, XXXVI)" (REsp 720.953/SC, Rel. Min. Teori Zavascki, Primeira Turma, DJ de 22.08.05).

6. A alegação de que algumas contas do FGTS possuem natureza não-optante, de modo que os saldos ali existentes pertencem aos empregadores e não aos empregados e, também, de que a opção deu-se de forma obrigatória somente com o advento da nova Constituição, sendo necessária a separação do saldo referente à parte optante (após 05.10.88) do referente à parte não-optante (antes de 05.10.88) para a elaboração de cálculos devidos, foi decidida pelo acórdão de origem com embasamento constitucional e também com fundamento em matéria fática, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ.

7. Recurso especial conhecido em parte e não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n.º 08/2008.

(REsp n. 1.189.619/PE, Relator Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/8/2010, DJe 2/9/2010 – grifei)

O simples fato de a decisão recorrida ser contrária aos interesses da parte não configura nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.

Assim, não se constata nenhuma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração.

Ante o exposto, REJEITO os embargos declaratórios.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator